



Índice

01 [Hotel ocupado por índios no sul da Bahia está parcialmente embargado pelo Ibama](#)

02 [Alunos, pais e professores fazem manifestação contra demolição de escola no Maracanã](#)

03 [Indígenas receberão R\\$ 150 mil mensais para compensar danos de Tucuruí](#)

04 [Educação Indígena avança na formação de docentes e na preservação cultural das comunidades](#)

05 [Espaço Cultural da UFRR sedia encontro de arte indígena](#)

06 [Casa de sementes é inaugurada no Parque Indígena do Xingu](#)

07 [Oficina capacita profissionais em saúde indígena, no Pará](#)

08 [ISA estuda produção de energia eólica na Raposa Serra do Sol em RR](#)

09 [Federação vai defender povos indígenas do alto Solimões](#)

10 [Índios cinta larga estão passando privações, diz procurador federal](#)

11 [Acusado de matar índio em Campos dos Goytacazes é preso em Macaé, RJ](#)



Hotel ocupado por índios no sul da Bahia está parcialmente embargado pelo Ibama SÍTIO PORTUGALDIGITAL, 09.04.2013

A ocupação foi a forma escolhida pelos índios para cobrar rapidez no reconhecimento e na demarcação de uma área próxima que alegam ser um território tradicional indígena, atualmente em estudo pela Fundação Nacional do Índio (Funai).



Brasília - Brasília - Parte do hotel de luxo do sul da Bahia ocupado desde domingo (7) por um grupo de índios tupinambás está embargada desde 2005. Segundo o gerente executivo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no município baiano de Eunápolis, Antônio Marco do Nascimento, o empreendimento recebeu duas multas e teve o uso de dois hectares embargado até que a vegetação arrancada para dar espaço a bangalôs seja recuperada.

A área embargada abriga dois dos 14 bangalôs do empreendimento. De acordo com Nascimento, o Ibama multou a Garça Azul Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, empresa responsável pelo Hotel Fazenda da Lagoa, em R\$ 90 mil: R\$ 40 mil por destruir a vegetação nativa de uma área de proteção ambiental e de um trecho de 300 metros de praia pertencente à faixa de marinha; e mais R\$ 50 mil por funcionar sem licença ambiental.

A empresa recorreu das sanções e, em abril do ano passado, conseguiu reduzir o valor da primeira multa para R\$ 20 mil, ainda não pagos. O recurso à segunda multa ainda aguarda julgamento.

A área embargada é pequena se comparada ao tamanho total do empreendimento, que, entre outras coisas, oferece aos seus hóspedes "sete quilômetros de praia privativa", conforme consta do site do hotel, instalado onde funcionava uma fazenda de coco e dendê, na cidade de Una, a cerca de 40 quilômetros de Ilhéus, em região turística que concentra vários hotéis de luxo.

Nascimento lembra que os dois hectares embargados não podem ser liberados para uso apropriado até que as multas sejam pagas e, principalmente, até que o dano ambiental seja reparado. Ainda segundo o gerente, o estabelecimento funciona dentro da Reserva da Vida Silvestre de Una, uma unidade de conservação de proteção integral, e, para funcionar, tem que observar rigorosamente as regras de preservação ambiental.

CONT.



No momento em que o grupo de tupinambás ocupou a propriedade, não havia nenhum hóspede. Segundo as primeiras informações, a ocupação foi a forma escolhida pelos índios para cobrar rapidez no reconhecimento e na demarcação de uma área próxima que alegam ser um território tradicional indígena, atualmente em estudo pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A Agência Brasil ligou para todos os telefones que constam no site do hotel, inclusive para o serviço de reservas, que fica no Rio de Janeiro, mas não conseguiu falar com nenhum funcionário. Também ligou para o escritório do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, um dos sócios do empreendimento, mas não obteve informação. No hotel, uma pessoa que disse fazer parte do grupo de índios atendeu ao telefone. Disse haver pelo menos 30 manifestantes no local e que o grupo não tem data para deixar o hotel.

Técnicos da Funai se deslocaram esta manhã para o hotel ocupado. O coordenador regional do órgão, Edinaldimar Barbosa da Silva, no entanto, disse que só irá se pronunciar sobre o assunto após receber dos técnicos um relato completo da situação. A Polícia Federal também já encaminhou agentes para o local, onde diz serem frequentes os protestos indígenas pela demarcação da área em litígio.

Alunos, pais e professores fazem manifestação contra demolição de escola no Maracanã

O DIA, 09.04.2013

A ocupação do Hotel Fazenda da Lagoa foi a forma escolhida para cobrar rapidez no reconhecimento e na demarcação de uma área próxima

Rio - Pais, professores e alunos da Escola Municipal Friedenreich aderiram, nesta segunda-feira à campanha "Cartão Vermelho: contra a privatização do Complexo do Maracanã", iniciada pelo deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL).

Após o fechamento do Parque Aquático Julio Delamare, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e da desocupação Museu do Índio, os apoiadores da Escola se preparam para o Ato Unificado na quinta-feira, às 7h, no Largo do Machado, em defesa da escola.

Segundo Thaisa Rothier, mãe do aluno Felipe, 11 anos, a demolição da escola é absurda. "Não há justificativa, pois é uma escola de excelência, com ótimos resultados. Infelizmente, as pessoas só se manifestam quando são atingidas. Depois que mexeu com meu filho, virei uma leoa. conta a mãe.



Alunos, pais e professores farão manifestação contra demolição de escola no Maracanã | Foto: Divulgação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 058 / 2013

Brasília, 10 de abril de 2013.

As mães dos alunos informaram que não pretendem desistir da mobilização política. Maurício de Godoy, pai da estudante do nono ano, Manuela Conversano, procura ajudar da maneira que pode, mesmo sem comparecer aos atos.

"É o último ano da minha filha aqui. Mas não é por isso que vou deixar de lado a luta. Se ela teve uma ótima formação na escola, quero que todos os alunos também tenham essa oportunidade".

Já Thaisa faz de tudo para chamar todos os pais para as ruas. "Quem não der cartão vermelho, não brigar pela permanência da escola, pelos nossos direitos, vai acabar ficando sem escola de qualidade para os filhos", declarou

Indígenas receberão R\$ 150 mil mensais para compensar danos de Tucuruí

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 09.04.2013

Multa será paga pela Eletronorte. Entre os danos da usina estão a redução de espécies de peixes e o aumento do alcoolismo.



As obras da primeira casa de força de Tucuruí foram concluídas em dezembro de 1992. Foto: Divulgação/Eletronorte

BELÉM – A Justiça Federal manteve a decisão de obrigar a Eletronorte a implantar programa de medidas compensatórias e mitigatórias em favor da comunidade indígena Asurini do Trocará, impactada pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. A decisão, de 2011, havia sido contestada pela concessionária de energia elétrica, mas foi mantida por decisão da 2ª Vara Federal em Marabá.

A decisão judicial obriga a Eletronorte a repassar R\$ 150 mil mensais aos assurinís até o início da execução das medidas compensatórias, a apresentar novo relatório

informando acerca da situação atualizada das ações emergenciais implementadas em favor da comunidade indígena e a comprovar quais foram as ações emergenciais já implementadas. O processo foi remetido pela Justiça Federal à Funai, para que a autarquia informe a conta bancária em que será depositada a multa mensal.

A Eletronorte também terá que apresentar programa das ações compensatórias que serão implementadas em favor dos indígenas, detalhando e especificando as medidas e projetos contemplados e seus respectivos prazos de execução. A Justiça Federal determinou que a concessionária de energia comprove, no prazo de 90 dias, o início da implementação das ações compensatórias.

“Trata-se de decisão simbólica e de extrema relevância à comunidade indígena Assurini, pois, quando cumprida, finalmente ensejará a compensação dessa comunidade pelos impactos negativos que vêm sofrendo em razão da instalação e do funcionamento da hidrelétrica de Tucuruí, ocorridos há mais de 20 anos. É importante frisar que esses graves impactos, apesar de reconhecidos e identificados pela própria Eletronorte desde 2006, jamais foram por ela compensados, apesar de sucessivas promessas por parte da empresa de que isso ocorreria. A cada promessa descumprida, aumentava, justificadamente, o sentimento de frustração e desamparo por parte da comunidade indígena Assurini”, afirma a procuradora da República Luana Vargas Macedo.

CONT.



A ordem de compensação atende pedido do Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), baseado em estudo de impactos socioambientais, patrocinado pela própria Eletronorte e acompanhado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O estudo foi realizado por recomendação do MPF/PA entre os anos de 2005 e 2006.

Graves impactos

De acordo com o estudo patrocinado pela Eletronorte, a barragem provocou graves impactos sobre a Terra Indígena Trocará, agrupados em três categorias:

- 1) ocupação do entorno, com descontrole do acesso de pessoas à terra indígena, conflitos com fazendeiros e assentamentos do entorno, além da substituição da língua nativa pelo português, introdução de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros;
- 2) crescimento de Tucuruí, com uso inadequado de energia elétrica, aumento do alcoolismo e tabagismo, facilidade de crédito para aquisição de bens de consumo, casamento com não índios, entre outros; e,
- 3) alteração das águas do rio Tocantins, com redução de espécies de peixes da região e mudanças dos hábitos alimentares.

Educação Indígena avança na formação de docentes e na preservação cultural das comunidades

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 08.04.2013



No Acre existem 182 escolas localizadas em terras indígenas (Foto: Assessoria SEE)

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 e da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, o atendimento educacional aos povos indígenas vem melhorando a preparação para o trabalho com as diferentes características étnicas e linguísticas de cada povo, buscando garantir a organização social, a união entre os técnicos educacionais e a comunidades, e o aumento constante do aprendizado.

No Brasil existem mais de 2.800 escolas indígenas, sendo 182 localizadas no Acre. Essas instituições acreanas atendem 7.552 alunos através da atuação de 440 professores, 63% dos docentes sendo índios. Essa estatística, que também contribui para a interação intercultural, entra em contato com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena de 2012.

CONT.



Mais de 60% dos professores são indígenas (Foto: Assessoria SEE)

Junto com esse contato com as Diretrizes, as comunidades têm autonomia para elaborar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas de forma autônoma e coletiva, com assessoramento técnico da Secretaria de Estado de Educação local. O PPP deve ser respeitado como principal documento das escolas indígenas, no que diz respeito à forma de organizar o tempo que os alunos ficam nas escolas, e no respeito ao calendário cultural de cada comunidade.

Formação de docentes no Acre

Desde o ano de 2000, o governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE), assumiu a formação básica dos professores indígenas seguindo um currículo que leva em consideração os conhecimentos das etnias presentes no Estado, agregando conhecimentos das demais sociedades, em que o exercício do magistério é executado, preferencialmente, por professores índios ou ligados à região em que lecionam.

A primeira formação teve um total de 70 professores, que vem progredindo consideravelmente ao longo dos últimos 13 anos. No primeiro semestre de 2013, o curso de formação de professores será realizado com a participação de 263 professores de acordo com as famílias linguísticas pano, arawá e aruak. Também em 2013, será realizada mais uma etapa de formação básica para 350 professores e formação continuada para mais 66 que concluíram o curso superior.

Como resultado desses cursos, é gerada uma troca muito significativa entre os povos, descobrindo-se nas convergências culturais os aspectos que foram descaracterizados na relação de contato, como os dos povos náwa, apolima arara, jamináwa arara, puyanáwa, kaxinawá e outros.

Material didático

A produção de material didático é também uma etapa da formação dos professores. Os materiais são experimentais, pois devem ser adaptados às especificidades de cada alfabeto e outros aspectos gramaticais de cada língua, tendo os professores e comunidades indígenas como autores dos materiais. Ao longo desses últimos anos, estão sendo trabalhados 19 livros didáticos, sendo 14 já publicados e outros cinco em fase final de publicação.

CONT.



Materiais didáticos são adaptados às especificidades de cada alfabeto e outros aspectos gramaticais de cada língua, tendo os professores e comunidades indígenas como autores dos materiais (Foto: Assessoria SEE)

“Legislação e disputas por terra são assuntos que sempre trabalhamos com as comunidades. As visitas dos técnicos da SEE servem para nos situar quanto à presente situação das aldeias e à caminhada necessária para a resolução de eventuais problemas enfrentados na aplicação das metodologias de educação”, explicou Maria do Socorro Oliveira, coordenadora estadual da Educação Indígena no Acre.

CONT.



Investimentos e construções em Terras Indígenas

Entre 2010 e 2012, a SEE construiu 22 escolas distribuídas em 11 Terras Indígenas nos municípios do Vale do Juruá, Alto Acre e Tarauacá-Envira, com valores estimados em mais de R\$ 1 milhão, contemplando 617 alunos.

No biênio de 2013 a 2014, a educação das comunidades receberá cerca de 50 prédios escolares, com valor de construção estimado em R\$ 3 milhões. Estas obras irão beneficiar 18 Terras Indígenas, com prédios escolares de até cinco salas de aula e previsão de atendimento para três mil alunos.

A coordenadora estadual esclarece a escola indígena tornou-se um local de afirmação étnica para as comunidades beneficiadas pelas ações promovidas pela SEE. "Incentivamos a valorização das línguas maternas, a utilização dos próprios sistemas de ensino e a produção de materiais didáticos específicos, pensando sempre no bem-estar entre os técnicos e as comunidades em que eles atuam", disse.



Espaço Cultural da UFRR sedia encontro de arte indígena

SÍTIO GLOBO.COM, 09.04.2013

*Mais de nove etnias reúnem trabalhos em exposição aberta ao público.
Encontro acontece entre os dias 11 e 19 de abril no Espaço União Operária.*



*O Espaço de Cultura e Arte busca divulgar os mais variados estilos culturais indígenas. A exemplo a panela de barro, item típico da região
(Foto: Andrezza Mariot)*

Entre os dias 11 e 19 de abril, o Espaço de Cultura e Arte "União Operária" irá receber o I Encontro de Todos os Povos, evento de iniciativa de artistas e artesãos indígenas roraimenses que tem o apoio da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O encontro será a primeira ação prática do projeto "A reinvenção do tempo nas perspectivas dos netos de Makunaima – Artistas e artesãos indígenas e suas cosmovisões em artes tradicionais e contemporâneas".

O evento é organizado pelo artista plástico e escritor makuxi Jaider Esbell e objetiva contemplar as mais variadas formas de expressão artística e cultural dos povos nativos de Roraima, além de celebrar o Dia do Índio, comemorado no próximo dia 19.

Na ocasião estarão reunidos grandes nomes da arte indígena roraimense, além do cineasta yanomami Mozaniel e grupos de dança das etnias Yanomami e Xirixana, que farão apresentações especiais.

De acordo com o idealizador e organizador do encontro, além da exposição de arte que acontecerá em Boa Vista, pretende-se levar a iniciativa para os centros de referências indígenas, como o lago Caracaranã, Maturuca e São Marcos. "Serão nove dias de atividades, mais de nove etnias envolvidas e todas as manifestações culturais acontecendo simultaneamente. É a festa de todos os povos, aberta a toda a sociedade", diz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 058 / 2013

Brasília, 10 de abril de 2013.



Serviço

I Encontro de Todos os Povos

ONDE: Espaço de Cultura e Arte "União Operária", na Av. Nossa Senhora da Consolata, Centro

QUANDO: 11 a 19 de abril, das 9h às 12h e das 14h às 17h

QUANTO: Entrada gratuita

INFORMAÇÕES: 3621-3166 (Coordenação de Cultura da UFRR)

Casa de sementes é inaugurada no Parque Indígena do Xingu

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 09.04.2013

A estrutura, na aldeia yudjá Tuba Tuba, contribuirá para a organização do trabalho dos indígenas e para a qualidade das sementes entregues à Rede de Sementes do Xingu



Casa de sementes na aldeia Tuba Tuba, no Parque Indígena do Xingu

O trabalho de coleta de sementes ganhou mais uma aliada no Parque Indígena do Xingu (PIX), em Mato Grosso (MT): uma casa própria. Construída na aldeia Tuba Tuba, do povo Yudjá (Juruna), a estrutura dará mais autonomia aos coletores indígenas do Baixo Xingu e contribuirá para a qualidade das sementes ofertadas pelos xinguanos à Rede de Sementes do Xingu.

CONT.



É a primeira casa de sementes do PIX e além das sementes coletadas na aldeia Tuba Tuba, o local também receberá as coletas de outras duas aldeias yudjá: Paksamba e Pequizal.

“Essa casa foi uma demanda deles para melhorar a organização do trabalho. Será um entreposto onde os Yudjá poderão guardar corretamente as sementes antes levá-las até a casa de São José do Xingu”, explica José Nicola Costa, biólogo e responsável pela Rede de Sementes do Xingu.

O trabalho será coordenado pela Associação Yarikayu, mentora da proposta de melhorar a infraestrutura de armazenamento das sementes florestais no Parque. A associação será responsável por recebê-las e armazená-las até juntar a quantidade ideal para transportá-las para as casas de sementes localizadas fora do PIX, garantindo a qualidade e a identidade das sementes comercializadas pela Rede.

Antes da construção da casa de sementes, os indígenas guardavam as espécies coletadas em casa, em condições que poderiam prejudicar sua qualidade. “Mesmo sem ar-condicionado ou desumidificador, que contribuem para a qualidade de armazenamento, a casa da Tuba Tuba oferece condições melhores para os indígenas, pois quando eram armazenadas em suas casas, as sementes poderiam ser contaminadas por insetos e brocar. Agora, num local apropriado, o risco é menor, sobretudo com o uso dos toneis de papelão para guardá-las. Além disso, como as sementes que eles coletam duram mais tempo, não necessitam de temperaturas tão baixas para manter sua qualidade”, explica Costa.

Os testes de germinação, os experimentos de quebra de dormência de sementes, o controle de qualidade das espécies entregues, e a separação das que serão utilizadas nos plantios de restauração de áreas degradadas serão realizados na casa de sementes de São José do Xingu (MT).

Os Yudjá foram um dos primeiros povos do PIX a comercializar as sementes florestais para as iniciativas de reflorestamento das nascentes do Rio Xingu (MT), realizadas no âmbito da campanha Y Ikatu Xingu. Os povos Ikpeng, Kawaiwete e Waurá também entregam sementes à Rede. Além dos Kisêdjê, Panará, Xavante e Karajá fora do Parque. Até hoje, os povos do Xingu já entregaram mais de quatro toneladas de sementes, gerando mais de R\$ 100 mil de renda para os indígenas.

As casas de sementes foram construídas pelo ISA por meio de parcerias com o Fundo Casa e a Fundação Rainforest da Noruega (RFN).

Oficina capacita profissionais em saúde indígena, no Pará

SÍTIO IBAHIA.COM, 09.04.2013

Entre os dias 8 e 13 de abril será realizada em Altamira, no Pará, a oficina sobre Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (Aidpi) para profissionais de equipes multidisciplinares de saúde indígena.



A ação beneficiará 16 etnias
Foto: minplanpac

Entre os dias 8 e 13 de abril será realizada em Altamira, no Pará, a oficina sobre Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (Aidpi) para profissionais de equipes multidisciplinares de saúde indígena.

O evento, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), a ONG Benfam, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) pretende auxiliar na diminuição da mortalidade infantil, no local.

A ideia é desenvolver a autonomia das equipes com o objetivo de melhorar o atendimento às 1.600 crianças de até 6 anos, nos DSEI de Altamira e Kaiapó, respeitando a cultura e a crença de cada etnia.

Serão 16 etnias beneficiadas pela ação. Elas vivem nos municípios de Altamira, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Banach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte e Pau D'Arco, todos no Estado do Pará.

ISA estuda produção de energia eólica na Raposa Serra do Sol em RR
SÍTIO GLOBO.COM, 08.04.2013

*Projeto Cruviana é desenvolvido em parceria com a UFMA e CIR.
Torres para medição do vento foram instaladas em três comunidades.*



A capacidade de geração de energia eólica - produzida a partir da força dos ventos - na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é objeto de estudo desenvolvido pelo Instituto Sócioambiental (ISA), em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Conselho Indígena de Roraima (CIR).

O Projeto Cruviana começou a ser desenvolvido em fevereiro deste ano com a instalação de torres para medição do vento nas comunidades Tamanduá, Maturuca e Pedra Branca, localizadas na região denominada das Serras, município de Uiramutã. Os próprios indígenas foram integrados no projeto e são bolsistas de pesquisa.

Segundo Ciro Campos, biólogo do ISA e coordenador do estudo, a região nordeste de Roraima aparece no Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, lançado em 2001 com o selo do Governo Federal. Dezembro, janeiro e fevereiro são os meses onde os ventos em Roraima são os mais fortes do país.

Os primeiros resultados obtidos com o Projeto Cruviana foram satisfatórios, de acordo com ele, e apontaram que a região está dentro da faixa de geração que vai de 6 a 9 metros por segundo. "O objetivo é mostrar que é possível diversificar a geração de energia", diz o coordenador do estudo.

Diante das discussões sobre a construção de hidrelétricas e mini usinas dentro e fora de áreas indígenas, o estudo vem para mostrar o potencial que o Estado possui para produção de energia eólica. "Tem impactos sociais e ambientais sim, porém são muito menores que os causados pela construção de hidrelétricas", pontua.

Campos informou que a pretensão é sensibilizar o governo para ampliar o estudo e ter um reflexo de todo o Estado. "Queremos mostrar a importância de investir na energia do vento, que é uma vocação natural do Estado", diz.

CONT.

De início, o interesse do CIR, que é contrário a construção de hidrelétricas em terras indígenas e apoia o Projeto Cuviana, é atender as comunidades da Raposa Serra do Sol com energia eólica. Atualmente, geradores são utilizados e não há energia 24h. A produção em larga escala é cogitada, só que em outra ocasião..



Instalação de torre para medição do vento na comunidade Tamanduá (Foto: Aldenir Cadete - ISA/CIR)

Federação vai defender povos indígenas do alto Solimões

SÍTIO AMAZONAS EM TEMPO, 09.04.2013



A Foccias foi criada durante a 1ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Solimões – foto: divulgação

Após dez anos sem representação legítima na região do alto rio Solimões, lideranças indígenas dos povos Tikuna, Kambeba, Kaixana, Kokama e Kanamari criaram naquela localidade do Estado do Amazonas, a Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas do Alto Solimões (Foccias).

A nova entidade surge com propósitos idênticos a outras federações importantes como a Foirn (rio Negro), a Focimp (médio Purus) e Akang (baixo Amazonas), que tem em comum, defender os direitos dos povos indígenas.

A Foccias foi criada durante a 1ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Solimões, que reuniu lideranças, organizações indígenas e representantes governamentais e de outras instituições, no período de 27 a 30 de março, na aldeia tikuna Vendaval, localizada no município de São Paulo de Olivença (a 988 quilômetros de Manaus).

CONT.



A nova entidade será formalizada apenas em setembro deste ano, em Santo Antônio do Içá (a 888 quilômetros de Manaus), na comunidade indígena Betânia, durante assembleia específica para a aprovação do estatuto e regimento interno da Foccias.

O evento teve o apoio do Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), que foi representada pelo titular da pasta, Bonifácio José Baniwa, em mais uma ação do plano de trabalho da câmara técnica Melhoria da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas, do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Estado e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O secretário da Seind explanou sobre os projetos desenvolvidos em benefício das populações indígenas e que estão em pleno andamento, com destaque para o "Arranjo Produtivo do Artesanato Indígena do Alto Solimões", que é executado em com o Ministério da Integração Nacional, e o "Manejo Pesqueiro das Terras Indígenas Eware 1 e Eware 2", que tem a parceria do Instituto de pesquisa da Amazônia (Inpa) e é executado por meio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (Proderam), com financiamento do Banco Mundial (Bird).



Índios cinto larga estão passando privações, diz procurador federal

SÍTIO GLOBO.COM, 08.04.2013

*Audiência pública discutirá problemas e para encontrar soluções.
Procurador atribui responsabilidade ao governo federal.*

O Ministério Público Federal (MPF) realiza audiência pública no dia 16 de abril, em Porto Velho, para discutir a situação dos índios cinto larga em Rondônia. Segundo o procurador da república, Reginaldo Trindade, a situação é tão grave quanto há cerca de 10 anos, quando 29 garimpeiros foram mortos. Trindade atribui que grande parte da responsabilidade pela situação dos indígenas é o descaso do governo federal.

"O governo federal tem permitido que o crime organizado se aproxime do povo cinto larga e ocupe este espaço", diz Trindade que completa dizendo que o povo cinto larga tem sofrido há mais de 10 anos com a exploração ilegal dos recursos naturais de suas terras, principalmente de diamantes. Segundo o MPF, os indígenas têm sido privados dos direitos a transporte, educação, saúde, alimentação, moradia, dignidade, dentre outros.

A audiência pública irá discutir e apresentar à sociedade a situação da etnia indígena composta de aproximadamente dois mil índios nos estados de Rondônia e Mato Grosso, com o objetivo de buscar soluções para o problema. Sobre as dificuldades enfrentadas pelos índios, Trindade diz que a "diferença é que hoje não há muitas mortes ou incidentes que chamem a atenção da mídia", como há nove anos quando 29 garimpeiros foram mortos.

"Podemos dizer que existem pessoas, as mais variadas possíveis, interessadas em roubar o povo cinto larga, desde garimpeiros, atravessadores, políticos, servidores públicos, multinacionais", garante o procurador.

Para o MPF, uma das soluções seria o "governo federal agir com responsabilidade" para resolver a situação do povo cinto larga, que pode inclusive ser levado a extinção.

A reunião pública acontece no dia 16 de abril, a partir das 9h (horário local) e quem quiser participar deverá confirmar presença até terça-feira (9), no prédio do MPF, em Porto Velho, por email: contato@prro.mpf.gov.br ou por telefone (69) 3216 0665.



Acusado de matar índio em Campos dos Goytacazes é preso em Macaé, RJ

SÍTIO GLOBO.COM, 09.04.2013

*Crime teria acontecido em 2011, segundo o Serviço Reservado da PM.
Acusado teria ficado nervoso quando abordado por policiais.*

Um jovem de 22 anos foi preso na tarde desta terça-feira (9), no Parque Aeroporto, em Macaé, no Norte Fluminense. De acordo com informações do Serviço Reservado da Polícia Militar (P2), ele é suspeito de matar um índio em 2011, na cidade de Campos dos Goytacazes, também no Norte do Rio.

Ainda segundo a P2, o jovem estava na Rua 64, quando foi abordado em uma operação de rotina da Polícia Militar. Ele teria ficado nervoso e respondido às perguntas dos policiais de forma confusa, o que levantou suspeita. Encaminhado para a 123ª Delegacia de Polícia de Macaé, foi constatado que contra ele havia um mandando de prisão por ter cometido o crime em Campos. O jovem está preso.